

A Inserção da Juventude no Turismo no Espaço Rural e a Construção da Hospitalidade Local: o caso dos Assentamentos Ipanema (Iperó-SP)¹

The Insertion of Youth in the Rural Tourism and the Construction of Local Hospitality: the case study of the Ipanema Settlements (Iperó-SP)

La Inserción de la Juventud en el Turismo Rural y la Construcción de la Hospitalid Local: el caso del Asientamientos Ipanema (Iperó-SP)

Mayara Roberta Martins²
Célia Futemma³

Resumo

O jovem rural é um importante agente relativo às ações de autonomia local junto aos novos rumos do campo. O despertar pelas atividades pluriativas, como o turismo rural, complementar a renda local junto à vocação natural agrícola através do fluxo de visitantes. Tais disposições, somadas às políticas públicas são essenciais para que as propriedades rurais busquem de forma autônoma a construção de sua hospitalidade local, investindo, por exemplo, no potencial de seus jovens como gestores da atividade turística local. Assim, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a 30 jovens residentes dos Assentamentos Ipanema, localizado no município de Iperó no estado de São Paulo (Brasil). Os resultados indicam o interesse dos jovens assentados na atividade turística e, portanto, o potencial da inserção dos mesmos no gerenciamento e execução do turismo no espaço rural.

Palavras-Chave: Juventude Rural, Turismo no Espaço Rural, Assentamento de Reforma Agrária, Hospitalidade Local, Empreendedorismo.

Abstract

The rural youth is an important agent to reach local autonomy with regard to rural development's new trends. The pluriactivity in family farming, for instance rural tourism as a non-farm activity might help to increase local income and might offer these families the opportunity of hosting visitors. The higher income and the coming of visitors coupled with incentives from public policies seemed to be fundamental for local families to build their own hospitality, and one way of building it is to invest in the potential of their rural youth as

¹ As autoras agradecem à FAPESP pela Bolsa de Iniciação Científica (processo 2009/05476-8) e pelo Projeto Jovem Pesquisador-JP (processo 2007/53308-1).

² Doutoranda em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/NEPAM). Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Brasil. may_martins10@hotmail.com

³ Pós-doutora e Doutora em Ciências Ambientais pela Indiana University. Mestre em Antropologia Cultural pela Tulane University. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pesquisadora e docente do doutorado em Ambiente e Sociedade da UNICAMP. Brasil. cfutemma@yahoo.com.br



managers of local tourism. To address these issues, semi-structured interviews were applied to 30 young residents of the Ipanema settlements located at municipality of Iperó in the state of São Paulo, (Brazil). Results indicated high interest of young settlers in tourism, thus these results suggested potentiality to include youth in the management of the tourism.

Keywords: *Rural Youth, Rural Tourism, Agrarian Reform Settlement, Local Hospitality, Entrepreneurship*

Resumen

La juventud rural es un actor principal en las acciones de la autonomía local con la nueva dirección del campo. El despertar de actividades pluriactivas, como el turismo rural, complementan la renta local con el vocación natural de la agricultura a través del flujo de visitantes interesados. Las presentes disposiciones, sumadas a las políticas públicas son esenciales para las propiedades rurales de forma autónoma buscan construir su hospitalidad local, invirtiendo, por ejemplo, el potencial de sus jóvenes como los gestores del turismo local. Por lo tanto, las entrevistas semi-estructuradas se aplicaron a 30 jóvenes residentes del asentamientos Ipanema, ubicada en la ciudad de Iperó en el estado de São Paulo (Brasil). Los resultados indican el interés de los jovenes que se sientan en el turismo y por lo tanto el potencial para la inclusión de ellos en la gestión e implementación del turismo rural.

Palavras chave: *La Juventud Rural, Turismo Rural, Asentamiento de Reforma Agraria, La Hospitalidad, el espíritu empresarial.*

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de tecer reflexões acerca das relações dos jovens rurais com a estruturação da hospitalidade local necessária à gestão de atividades ligadas ao turismo no espaço rural. O interesse pelo turismo rural intensifica-se mediante as transformações e as mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais a agricultura, no Brasil, atravessa a partir das décadas de 60 e 70 do século passado.

Destacam-se, neste contexto, os processos tidos como rurbanos que são intensificados com o surgimento de novas funções e atividades integrando campo e cidade, conforme verificado por Graziano da Silva (1999). Agregam-se também o envolvimento com práticas pluriativas, quando membros que integram a família exercem alguma função não agrícola, seja como atividade principal, ou como uma alternativa e/ou complementação à renda familiar. Tais atividades podem ser, por exemplo, ligadas à construção civil, ao comércio (em geral), ou neste caso, em específico, ligadas à atividade turística. Inclui-se nesta última, a criação de circuitos, visitas das áreas agrícolas, que vem se intensificando com o aumento dos fluxos de visitas entre cidade-campo.



Tudo isso, motivados pela revalorização de hábitos 'camponeses' como sendo mais saudáveis e naturais; além da nostalgia de alguns em retornar ao campo (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000; CAZELLA, 2003; SCHNEIDER, 2003).

Segundo Blanco (2009), a associação entre turismo e o modo de vida das famílias rurais tem se mostrado como um importante componente estratégico para a melhoria do desenvolvimento local. Nota-se que o meio rural oferece inúmeras potencialidades, principalmente ligadas às práticas de retorno à natureza e de valorização da cultural local – e o turismo seria, sem dúvida, a atividade que viabilizaria tais práticas. No entanto, muitos destes lugares são subaproveitados na atividade turística pela carência de políticas públicas que fomentem o empreendedorismo local, o associativismo e o cooperativismo dos pequenos agricultores (GRAZIANO DA SILVA, 1999; BENI, 2002; KAGEYAMA, 2008).

Com uma infinidade de modalidades, como por exemplo, turismo alternativo, turismo ecológico, turismo de base local, agroturismo, ecoturismo, turismo pedagógico, educação ambiental entre outras nomenclaturas, estas tem sido algumas das atividades turísticas realizadas nos espaços rurais. Apesar da diversidade de termos, comumente o nome mais utilizado pelas políticas públicas é o turismo rural⁴, o que muitas vezes, também é compreendido como turismo no espaço rural, no entanto, cabe ressaltar que academicamente, busca-se um consenso mais sólido sobre as diferenças entre estes dois termos (RODRIGUES, 2000; TULIK, 2003).

O turismo no espaço rural ainda de acordo com Blanco (2009) seria uma definição mais ampla, abarcando não só o turismo rural, mas também as outras modalidades de turismo (como as já mencionadas acima), além de atividades recreativas, culturais e ambientais que também fomentem a atividade turística. Entende-se, portanto, que:

O turismo no espaço rural engloba todas essas formas de turismo e se associa aos agricultores familiares de maneira inovadora, valorizando e preservando o patrimônio rural. O produtor rural passa a ser um empreendedor e prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação do patrimônio ambiental e cultural de sua região. A relevância da atividade do turismo rural em áreas onde há a predominância da agricultura familiar pode ser constatada, à medida em que essa associação reverte em novas oportunidades de trabalho e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada por meio da diversificação de novas formas de trabalho no campo (BLANCO, 2009, p.349).

⁴ Neste trabalho, utilizar-se-ão os termos 'turismo rural' e 'turismo no espaço rural' como sinônimos.

O turismo rural, portanto, incentiva a melhoria da autoestima dos produtores rurais, valorizando seu estilo de vida, os seus costumes e a própria produção familiar. Isso tem despertado o interesse de visitação por moradores das áreas metropolitanas, motivados pelo caráter mais pessoal e acolhedor deste tipo de turismo (BRASIL, 2004; BLANCO, 2009).

Diante desse contexto, ressalta-se ainda, a compreensão da hospitalidade doméstica como elementar para o sucesso da atividade turística em meio rural, bem como para estimular habilidades empreendedoras locais. Ou seja, o simples ato de se receber em casa, envolve uma maior complexidade do ponto de vista dos ritos e dos significados, que vão além do ato de abrigar, oferecer serviços e segurança aos hóspedes (ABREU, 2003; LYNCH; MACWHANNELL, 2004).

Consta nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural, que esta atividade seria entendida como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2004, p.7). Neste sentido, tais atividades acabam evocando para o desenvolvimento de uma mentalidade voltada ao empreendedorismo rural, mais especificamente, por parte das famílias, já que estas priorizam cada vez mais a manutenção de suas áreas rurais por meio do fortalecimento das relações sociais, aumento do emprego no campo e da diversificação da renda familiar rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999; SCHNEIDER, 2003).

Com o passar dos anos e com a efetiva transformação para uma nova construção do rural brasileiro, políticas públicas de fomento ao desenvolvimento do turismo no espaço rural vem sendo pauta de esforços de municípios, dos estados e do governo federal (BRASIL, 2004). As propriedades rurais passam a ser evidenciadas por seu potencial de integração entre a agricultura familiar e o turismo rural, sendo este último complementar à renda do primeiro. Desta maneira, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) oferece a oportunidade via programas de incentivo para que possa ser incentivado o turismo rural na agricultura familiar. As famílias rurais podem justificar seus projetos de turismo por meio das linhas de financiamento contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF)⁵ do próprio MDA. Através desta linha maior, podem ser solicitados financiamentos nas linhas de Infraestrutura, Agroindústria, Investimento, entre outros.

Neste mesmo ministério, há também a possibilidade de obtenção de financiamentos por meio do Programa de Diversificação Econômica (nesse em específico, incentiva-se a criação dos Roteiros Turísticos na Agricultura Familiar para projetos em fase inicial). As famílias, neste caso, devem verificar como elaborar o projeto de custeio para o financiamento por meio da Rede Temática de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) em Turismo na Agricultura Familiar. E por fim, se for de interesse dos agricultores, ainda há a possibilidade de acessar recursos pelo Programa Talentos do Brasil⁶, que oferece oportunidades de valorização cultural no intuito de promover a geração de renda aos artesãos rurais (BRASIL, 2008).

Outra ação, para coligar o turismo rural na agricultura familiar, foi a criação do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) em 2003. Esta política pública, ainda mais específica, quis aprimorar a noção de turismo rural, porém, nos moldes do que se entende e/ou categoriza-se como Agricultura Familiar⁷. Documento este, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Ministério do Turismo, criando assim o termo “turismo rural na agricultura familiar”, que pode ser explicitado como:

⁵ O PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Este programa concede créditos para o fortalecimento da Agricultura Familiar, onde são beneficiados aqueles que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhece como assentados da Reforma Agrária e os beneficiários dos programas de crédito fundiário do Governo Federal, sendo eles: os agricultores familiares, trabalhadores rurais, pescadores artesanais, aquicultores, pecuaristas familiares, silvicultores, extrativistas, quilombolas e indígenas. Consta ainda, como pré-requisito, que estes residam na propriedade ou em local próximo, e que as propriedades tenham até quatro módulos fiscais de terra (sendo que o equivalente de um módulo fiscal varia por estado), e no mínimo, que sua renda bruta anual seja 80% proveniente da atividade agropecuária e não agropecuária exercida nestes moldes (BRASIL, 2003).

⁶Sobre o Programa Talentos do Brasil há mais informações no Portal do MDA: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/talentosdobrasil>>.

⁷ Para Wanderley (2004) a agricultura familiar é uma noção ampla, que incorpora situações bem específicas ligadas aos meios de produção realizada pelas famílias, em função da agricultura em pequenas e/ou médias propriedades. Segundo esta autora, os agricultores detêm uma tradição em torno da família (em seus modos de produção e de vida), porém estes já estão, de alguma forma, condicionados a alguma escala de produção moderna. Já Schneider (2006) ressalta que, além de amplo, esta noção é diversa, por envolver dimensões sociais, políticas e econômicas nos modos de vida e da organização do trabalho destes agricultores. Segundo este autor “No Brasil, a falta de entendimento sobre este tema não se restringe à esfera acadêmica, pois tanto organizações sociais (sindicatos, movimentos sociais e outros), como os próprios operadores de políticas e seus mediadores encontram dificuldades em relação a esta questão” (SCHNEIDER, 2006, p.11).



a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2008, p. 8).

Deste modo, nos últimos anos cresce a demanda para políticas governamentais voltadas a associação do turismo com a agricultura familiar. No entanto, nem sempre é fácil obter tais auxílios, já que em nível federal, são criados mecanismos de seleção pública de projetos, que podem ser concedidos dependendo do contexto por meio das linhas da “PRONAF Capacitação” e “PRONAF Infraestrutura”. Portanto, é desejável que ocorra uma organização social destes pequenos agricultores na busca por estes financiamentos.

De fato, durante os trabalhos de campo, a partir da perspectiva dos jovens⁸, público alvo dessa pesquisa, nenhum deles relatou o acesso a algum tipo de financiamento em específico para o turismo rural. Os mesmos mencionaram que tanto eles como suas famílias encontraram dificuldades em organizar a atividade turística, tanto em termos de organização, quanto de representatividade das possíveis famílias interessadas. Ou seja, evidenciou-se assim, que havia problemas quanto à organização de um grupo de trabalho local, principalmente, entre as famílias e os jovens, e em consequência disso, atribui-se certa dificuldade técnica desses jovens e de seus familiares quanto à elaboração de projetos a serem enviados para a solicitação de crédito de financiamento relacionada ao turismo rural.

A viabilidade da atividade turística exige envolvimento e desenvolvimento de diferentes habilidades, capacidades e ações por parte dos indivíduos, que irão se comprometer em organizá-la em seu local de convívio (BENI, 2002; MERINGUE, 2003). Portanto, a participação social da juventude potencializa a identidade local, como forma de alicerçar a liberdade de participação política e a busca por melhores condições e qualidade de vida (SEN,

⁸ Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o indivíduo jovem pode ser representado pela faixa etária que vai dos 10 aos 19 anos de idade. Porém, há outras entidades que conceituam a faixa etária de forma diferente. Como por exemplo, para a Organização Internacional da Juventude (OIJ), a juventude é compreendida de 10 a 29 anos de idade. No Brasil, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a faixa etária dos jovens está compreendida de 12 a 18 anos de idade. Já para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) juventude é estimada entre 15 e 24 anos de idade. No entanto, definir juventude passa a ser um enorme desafio, porque essa está estruturada dentro de um período de transição, entre a fase infantil e a fase adulta; e em muitos casos, essa fase estará ligada, fundamentalmente, ao contexto social em que o jovem está inserido e, portanto, poderá ser utilizado o princípio de autoidentificação (ver Wesheimer, 2004).

2010). Entende-se que o jovem tem um papel fundamental dentro da unidade familiar, consolidando novos projetos e viabilizando o desenvolvimento local e a sua maior permanência na terra de modo viável, pensando a médio e longo prazo (ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO, 1998; CASTRO, 2005).

Entende-se, sob esta conjuntura, que o caráter empreendedor, seria um meio através do qual as capacidades dos indivíduos seriam intensificadas a partir do despertar para a busca de alternativas (SEN, 2010). O empreendedorismo envolve o gerenciamento local que, por sua vez, inclui várias decisões e ações: diagnosticar problemas, avaliar, agir, fiscalizar, obter conhecimento e informações, entre outras ações de monitoramento, diante do aproveitamento do potencial cultural e natural para o turismo. Soma-se a isso, a busca por melhorias em acesso, infraestrutura, articulação política e social, que fomentaria a autonomia dos jovens, o desenvolvimento rural através da estruturação da atividade turística em assentamentos rurais (ABRAMOVAY, 1998; SEN, 2010; MERINGUE, 2003).

De acordo com Veiga (2001), este empreendedorismo no meio rural seria estimulado justamente com o desenvolvimento no campo das atividades pluriativas, onde os núcleos familiares mesmo carecendo de recursos financeiros, de alguma forma informal, podem realizar algum tipo de atividade não agrícola. Utilizando-se das habilidades de alguns desses membros, geram-se produtos ou serviços como se fossem pequenas empresas informais, desta forma, aumenta-se a flexibilidade dos ganhos das famílias na ausência de trabalhos formais, já que há uma diversificação da economia familiar.

Sendo assim, o presente estudo questiona, portanto, se há e de que forma ocorre a inserção da juventude rural na estruturação da atividade turística, dentro da realidade dos Assentamentos Ipanema, no município de Iperó, estado de São Paulo. Partindo-se da premissa de que o turismo pode ser uma atividade econômica atrativa, principalmente para os jovens que ali residem, e suas respectivas famílias. O jovem rural pode ser atraído pela alternativa de renda, por ser uma atividade que gera serviços ao invés de produtos e ainda, possibilita uma assídua interação com pessoas de fora, principalmente, vindas do ambiente urbano proporcionando trocas mútuas, através das diferenças.



2. Metodologia

Para responder as questões norteadoras desta pesquisa utilizou-se a coleta de dados primários por meio de trabalho de campo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas (CRUZ NETO, 2000; MINAYO, 2000) junto a uma amostra de 30 jovens moradores dos Assentamentos Ipanema, município de Iperó (SP). Entrevistou-se um dos líderes dos assentamentos, com o intuito de levantar dados sobre a estruturação do turismo no local. O período de campo foi de julho a setembro de 2009. Foram realizadas visitas exploratórias e de reconhecimento da área ao longo dos anos de 2008 e 2009. Em julho de 2008, durante cinco dias, realizou-se um censo socioeconômico e demográfico nas duas áreas do Assentamento Ipanema. O censo foi executado por uma equipe de seis pessoas e liderado pela segunda autora. O objetivo do censo foi obter um diagnóstico sobre as famílias de assentados e a história de ocupação e consolidação das respectivas áreas de reforma agrária.

Os jovens entrevistados foram escolhidos de forma aleatória e de acordo com a presença deles no período da aplicação das entrevistas, já que muitos estavam desligados do assentamento, ou moravam em outras localidades próximas, ou ainda, trabalhavam em outras atividades não agrícolas fora do assentamento, portanto não se encontravam disponíveis no momento do estudo de campo. Após esta etapa, os dados foram coletados e separados por grupos temáticos (MINAYO, 2000; GOMES, 2000), a fim de contemplar os principais assuntos abordados nas respostas dadas pelos jovens entrevistados, de ambos os sexos, com idades entre 14 a 29 anos de idade. Fez-se uma análise comparativa das respostas, verificando-se as diferenças e as semelhanças das respostas coletadas.

3. Área de Estudo

Os Assentamentos Ipanema, localizados no interior e no entorno da Floresta Nacional de Ipanema (FLONA de Ipanema), tinham a maior parte de seu território pertencente ao município de Iperó, no estado de São Paulo.

A ocupação da área ocorreu simultaneamente à fase de implantação da Unidade de Conservação (UC) na categoria de FLONA (Floresta Nacional) sendo nomeada, portanto, como Floresta Nacional de Ipanema pelo decreto Federal nº 530 em 20 de maio de 1992. A justificativa da criação desta UC foi por sua importância natural, já que abriga importantes remanescentes de mata atlântica de interior. E, ainda, na parte histórico-cultural abriga como



patrimônio histórico resquícios da Real Fábrica de Ferro Ipanema (primeira fábrica de ferro fundido do país instituído pela coroa portuguesa no Brasil, em meados do século XVI), o que condicionou também o desenvolvimento e a povoação da região de Sorocaba, no estado de São Paulo. Este patrimônio histórico e arquitetônico encontra-se tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (CASTRO, 2007).

O contexto de formação desta UC, também foi marcado pela intensificação da discussão sobre a temática ambiental, marcado pelo Rio-92 (Encontro Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente), onde a pressão pelo aumento de áreas de proteção no Brasil passou a ser pauta estratégica e governamental (CASTRO, 2007).

No entanto, dias antes do decreto ser assinado, no mesmo ano em 15 de maio de 1992, iniciou-se a ocupação das áreas da antiga Fazenda Ipanema (áreas de pastagens abandonadas) do entorno da floresta com a invasão de aproximadamente 700 famílias de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na época, o MST alegou que estas áreas seriam utilizadas pelo poder público federal como terras para a reforma agrária e com o decreto de criação da FLONA houve o agravamento pela disputa da posse da terra entre o governo federal e o movimento social. As ocupações foram coordenadas com a Pastoral da Terra (Igreja Católica) e sindicatos rurais da região, que começaram a reunir as famílias para a ocupação da área como estratégia de luta pela reforma agrária (VELASQUEZ, 2002; CASTRO, 2007).

As áreas adjacentes à FLONA Ipanema também abrigavam o Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA), que realizava pesquisas de melhoramento genético de sementes e um centro de pesquisa da Marinha, a ARAMAR. Foram demarcadas duas áreas como pertencentes ao Assentamento Ipanema: Área 1 e Área 2 (CASTRO, 2007).

O Censo realizado em 2008 contabilizou um total de 727 assentados (Tabela 1) levando-se em conta os assentados residentes e a extensão de suas unidades familiares, representada por membros moradores do assentamento e também por membros, que residiam fora do assentamento, como filhos de assentados que contribuíam com a renda familiar. Estes assentamentos eram fiscalizados e recebiam o apoio técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgãos responsáveis pela regulamentação dos lotes junto aos pequenos agricultores no estado de São Paulo. A proximidade junto a uma área de proteção desperta o

interesse entre os assentados pela questão ambiental. No entanto, Velásquez (2002) aponta que a relação com o órgão administrativo da FLONA era conflituosa, desde a época em que a unidade era administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Desde 2007, esta Unidade de Conservação passou a ser gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) divisão ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

4. Os Jovens e o Despertar para o Turismo nos Assentamentos Ipanema

Autores como Carneiro (1998), Abramovay (1998) e Stropasolas (2002) no Brasil, debatem e enfatizam a importância de pesquisas com foco na juventude rural, principalmente, porque há poucos estudos sobre essa temática, que começou a ganhar maior significância na década de 90 do século XX. Esses estudos tratam dos processos migratórios entre o rural e o urbano, principalmente quando este maior êxodo é de jovens, e essa evasão, pode gerar inúmeras problematizações, como por exemplo, a falta de perspectivas destes jovens no campo. Há também interesse no tema relacionado à herança e sucessão da propriedade familiar (CASTRO, 2005). Trata-se de uma das principais preocupações dos assentados mais velhos (geralmente pais, avós e tios), justamente, com relação ao futuro dos atuais jovens e das propriedades rurais (CASTRO, 2005).

O Censo realizado, neste estudo, em 2008, apontou que quase metade da população era composta por jovens (44,3%), com idades entre 14 e 29 anos. Com relação à distribuição por gênero, notou-se uma porcentagem um pouco maior dos homens jovens (23,8%) na população em comparação com as jovens mulheres (20,5%) (Tabela 1).

Tabela 01 - Distribuição da população dos Assentamentos Ipanema (Iperó, SP), por faixa etária e sexo. (2008)

Faixa etária (em anos)	Masculino		Feminino		Total	
	nº Ind*	%	nº Ind.	%	nº Ind.	%
< 13	21	2,9	31	4,3	52	7,2
14 – 29	173	23,8	149	20,5	322	44,3
> 30	180	24,8	173	23,7	353	48,5
Total					727	100

* Número absoluto de indivíduos

Fonte: Dados primários da pesquisa FAPESP-JP (Censo Socioeconômico-Demográfico/2008)

Os resultados também apontam que muitos jovens optaram por sair da condição de assentado em busca de novos rumos, sendo o mais frequente, a saída para outras cidades, como relataram as lideranças locais e os jovens que ainda permaneciam nos assentamentos. Essa tendência coincide com as análises de Baquero e Hammes (2006), quando afirmam que um dos principais desafios do MST é justamente a pouca participação sociopolítica da juventude no Movimento e nas ações coletivas do assentamento.

Os líderes dos assentamentos já estavam em uma faixa etária acima dos 50 e 60 anos de idade e expressaram a preocupação quanto à continuidade das lideranças locais. Portanto, fica evidente que, há a necessidade de formação de novas lideranças, de maior empenho para o fortalecimento da organização juvenil e, sobretudo, de uma maior união entre os jovens com relação à criação de oportunidades para a qualificação técnica de modo que esses continuem a investir nos lotes e mantendo-se o foco na agricultura familiar.

Diante deste contexto atual do campo, o turismo rural é cada vez mais desejado entre os assentados como uma forma de fomentar a comercialização de seus produtos agrícolas e os confeccionados artesanalmente pelas famílias, além de melhorar a imagem deles perante o público, em geral, deturpada pelo envolvimento em movimentos sociais, que vai de embate com os ideais da sociedade dominante (vis-à-vis capitalista).

Outro elemento que favoreceria os jovens na gestão do turismo rural, diz respeito aos anos de escolaridade maior entre os jovens em comparação com os adultos e idosos, conforme mostra o Censo de 2008. Os jovens entre 15 e 29 apresentaram nove anos de estudos, superior à média geral da população de Ipanema que foi de seis anos de estudo. O nível de escolaridade faz-se importante na atividade turística, pois, esta exige uma qualificação profissional, já mencionada anteriormente, a qual envolve cursos de capacitação na área de serviços, tais como formas de hospedagem, recepção de turistas e guias turísticos. Ou seja, exige habilidades completamente diferentes do trabalho na roça ou no trato com animais. E o jovem tem essa oportunidade de desenvolver essas habilidades dado o grau maior de escolaridade (alfabetizados) que os adultos e idosos.

O turismo, desde que implantado com efetiva participação social e organização local tem potencial de melhorar a qualidade de vida dos assentados. Porém, o turismo não deve ser



apenas “vislumbrado” e ficar no campo da idealização, deve ser colocado em prática. Para consolidar a atividade turística há a necessidade de uma ampla mobilização comunitária, divisão e organização das tarefas necessárias, especialmente dos jovens, para a construção da atratividade turística (BENI, 2002). No entanto, o turismo também não deve ser encarado como uma atividade “salvadora” de todos os problemas de ordem socioeconômica local.

Durante o trabalho de campo, observou-se que as lideranças concordavam com a implantação do turismo nos assentamentos e estes relataram que já houve algumas visitas de caráter pedagógico, como a vinda de estudantes oriundos de escolas de ensino fundamental e médio das redes de ensino particulares das classes média e alta, principalmente da Região Metropolitana de São Paulo. Essas visitas de escolares tiveram como objetivo estabelecer uma articulação entre o ensino em sala de aula e a atividade extraclasse, que segundo Mendonça e Neiman (2003), por meio de vivências e do estudo do meio, os alunos apreendem sensações e experimentações através de variadas atividades propostas pelos professores, com o intuito de aprimorar ensinamentos utilizando-se de espaços fora do ambiente convencional de ensino.

Segundo os assentados, normalmente, os temas de estudo mais recorrentes entre os alunos visitantes diziam respeito aos relatos históricos sobre a formação do assentamento, a organização de seus moradores, e a situação do entorno social e ambiental; este último, evidenciado pela proximidade com a UC, a Floresta Nacional de Ipanema no município de Iperó (SP). Entretanto, de acordo com as lideranças locais, estas visitas não ocorriam com periodicidade. Davam-se conforme a demanda dos colégios, mas as famílias de assentados sempre foram avisadas com antecedência pelos colégios, porém as visitas não seguiam um cronograma fixo dentro da dinâmica do assentamento.

Até 2009, a atividade turística ainda não havia sido consolidada no local, apenas visitas esporádicas sem um roteiro turístico estruturado, ou tampouco voltado para outro público que não fosse o escolar. No entanto, as lideranças (informadas sobre a existência de políticas públicas, como por exemplo, associadas entre MTur e MDA, já mencionadas no início deste estudo) tentavam estimular iniciativas de organização local para que tais mecanismos pudessem ser acionados como forma de viabilizar o acesso a créditos de financiamento para projetos de turismo rural em conjunto com a agricultura familiar (MARTINS; FUTEMMA, 2010).

Ainda de forma improvisada, o agendamento e as visitas eram efetuados pelas lideranças locais (responsáveis pela coordenação dos assentamentos). Os líderes, além de terem um papel político e de chefes de família, acumulavam também a função de agendamento dos grupos e como guias turísticos locais. Segundo eles, havia pouca adesão dos jovens interessados nestas atividades ligadas à organização das visitas no assentamento. Apenas alguns membros de algumas famílias eram convidados para fazer parte do roteiro de visita das escolas.

Constatou-se que, os assentados de Ipanema ansiavam com a possibilidade de desenvolver o turismo rural de forma permanente e com uma expressiva adesão por parte dos jovens e de suas respectivas famílias na organização da atividade turística. Conforme os relatos, as visitas eram do tipo *Day Use* (ANSARAH, 2005), através das quais os visitantes agendavam, com antecedência, a visita ao local sem pernoitar. Os assentados, a partir deste agendamento dos grupos visitantes organizavam as tarefas, que eram distribuídas entre os membros, decidiam, por exemplo, quem recepcionaria os visitantes e os guiaria para um ou dois lotes, estes previamente selecionados.

Os grupos de visitantes tinham a oportunidade de conhecer de perto as características de um lote de um assentamento rural. Após a visita aos lotes, era oferecido o almoço preparado por um grupo de mulheres do local, sendo que estas aproveitavam algumas oportunidades para também venderem seus produtos artesanais e culinários. No entanto, conforme dito acima, as atividades de visita não contavam com a participação de todas as famílias, grande parte dos assentados, tampouco, ficavam sabendo sobre a realização do turismo no local.

Quando perguntados aos jovens se já haviam ouvido falar sobre projetos de turismo em andamento nos assentamentos, quase a metade (46,6%) destes entrevistados desconhecia a existência de propostas de turismo rural nos assentamentos. Já os outros 53,4%, tinham conhecimento prévio sobre as atividades de visita. O conhecimento por parte de mais da metade dos jovens, pode ser explicado pela proximidade de alguns deles com os líderes, seja por laços de parentesco ou de amizade, enquanto os que desconheciam eram mais distantes dos líderes.

Os jovens, em grande parte (93,3%) responderam que estariam abertos a se envolver em propostas de turismo rural no assentamento. Desta maneira, eles concordaram que o turismo



rural traria benefícios para suas famílias, especialmente, a melhoria da renda doméstica. No entanto, entre os jovens que indicaram total desconhecimento sobre os projetos, percebeu-se um sentimento de descrença com relação à execução de quaisquer projetos de desenvolvimento local pelos líderes, sobretudo, quando a temática do turismo é colocada em pauta no assentamento. A atividade turística apresentava-se bastante pontual (descontínua) e talvez esta possa ser o motivo de não atrair esses jovens. Porém, será que esta falta de envolvimento também não estaria ligada à própria fase à qual o jovem se encontra?

Sennett (2001) aponta este comportamento juvenil como típico da idade. O “não fazer nada” indicaria uma passividade típica da juventude e, também, uma representação frente à autoridade dos pais e dos mais velhos. O que indicaria também uma falta de motivação e de iniciativa por parte do jovem no caso dos Assentamentos Ipanema. Como forma de estimular a participação juvenil, no que diz respeito à implantação do turismo nos assentamentos, os líderes locais relataram que levaram ao conhecimento das famílias a existência de exemplos de outros assentamentos que já incluem o turismo rural como atividade não agrícola. Para ilustrar um caso de sucesso, os líderes relataram o modelo de visitação no Assentamento Sumaré I, no município de Sumaré, que integra a Região Metropolitana de Campinas no estado de São Paulo.

Martins (2009) analisou alguns assentamentos do estado de São Paulo para entender as vivências e as expectativas dos jovens assentados com relação ao turismo rural. Foram visitados os assentamentos: Água Limpa e Rodeio (Presidente Bernardes, SP) e Sumaré I (Sumaré, SP). Através da metodologia de análise do discurso, os jovens destes três assentamentos indicaram, de modo geral, que o turismo favoreceria as ações coletivas pelo fato de haver a necessidade da divisão de tarefas entre os próprios assentados.

Segundo Martins (2009), os jovens destes três assentamentos qualificaram a oferta de cursos de capacitação como sendo favorável à organização do turismo no local. Para eles, a oferta destes tipos de cursos foi ampliada dentro dos assentamentos, onde os principais promotores seriam o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e as universidades, preocupadas com a qualificação profissional dos assentados. Os moradores de Sumaré I relataram que contavam com auxílios periódicos de estudantes e pesquisadores, principalmente oriundos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e no caso dos Assentamentos de Presidente Bernardes esta função foi exercida pela União das Instituições Educacionais do Estado de São



Paulo (UNIESP), *campus* de Presidente Prudente. Nestes três assentamentos, constavam também como articuladores da atividade turística, os órgãos reguladores da questão agrária, como o INCRA e ITESP, através dos quais, os técnicos agrícolas (de ambas instituições) auxiliavam no planejamento das áreas para a visitação, principalmente, atendendo primeiramente, um caráter pedagógico para a iniciação das áreas ao desenvolvimento de atividades turísticas (MARTINS, 2009).

O Assentamento de Sumaré I foi o que apresentou a es mais consolidadas e a participa o de um número maior de assentados com rela o   visita o turística, fato que já havia sido indicado pelos assentados de Ipanema, como exemplo de sucesso do turismo em comunidades. Neste Assentamento buscou-se, nos últimos anos, integrar as atividades agrícolas com as atividades de visita o e educa o. Normalmente, os assentados recebiam grupos de pesquisadores universitários, alunos de gradua o e p s-gradua o, além de grupos de escolas de ensino fundamental e médio, mais assiduamente de escolas privadas da região de Campinas e São Paulo (MARTINS, 2009).

Em Sumaré I, os jovens participavam ativamente das reuniões locais, dos conselhos de turismo (municipal) para procurar os apoios institucionais, políticas públicas e ampliar a divulga o para além do assentamento em nível local, regional e nacional. Já no caso dos Assentamentos de Presidente Bernardes ( gua Limpa e Rodeio), ambos apresentavam um turismo de forma experimental, a partir de interven es (atividades de pesquisa e extensão) de universidades, pesquisadores e técnicos dispostos a inserir o turismo rural nestes assentamentos. Nesses dois assentamentos, o envolvimento mais expressivo ainda era dos líderes (adultos) e havia pouca ou quase nenhuma participa o de jovens no planejamento da atividade (MARTINS, 2009).

Os resultados indicam, portanto, que os próprios jovens de Sumaré I estariam mais envolvidos com as atividades ligadas   recep o e hospedagem dos visitantes junto às suas famílias. Uma das jovens entrevistadas em Sumaré I era uma das representantes do assentamento no Conselho Municipal de Turismo (COMTur) do município de Sumaré e ela estava concluindo um curso em nível técnico de Turismo e afirmou que todo o conhecimento adquirido seria revertido para melhorias na gestão da atividade turística do assentamento (MARTINS, 2009).



Verifica-se, portanto, uma tendência de que os assentamentos rurais de reforma agrária apresentem aos visitantes um turismo mais voltado a um caráter pedagógico, que seriam uma ferramenta didática capaz de articular o aprendizado em sala de aula em consonância com os saberes das realidades ambientais e culturais do espaço rural (TEIXEIRA; WANDSCHEER; SOUZA, 2005). De fato, o turismo em assentamentos rurais conduziria às ações colaborativas, ressaltando valores e autonomia local, que segundo Rodrigues (2000) auxiliaria no desenvolvimento das potencialidades locais, melhorias das capacidades e habilidades (individuais e grupais), ou seja, geração da autonomia local como essencial na conquista da liberdade política e econômica por uma melhor qualidade de vida das localidades (SEN, 2010).

5. A Construção da Hospitalidade Local: as condições e as habilidades necessárias aos jovens e suas famílias

Nesta seção, dar-se-á introdução aos significados atribuídos à hospitalidade, fundamentais para o planejamento turístico, o qual depende da vontade e aceitação dos moradores locais. Somando-se a esse contexto, argumenta-se aqui que o empreendedorismo, principalmente entre os jovens rurais, é crucial para fortalecer as iniciativas desses jovens na gestão de novas atividades, sobretudo, no caso do turismo no meio rural.

A hospitalidade é um atributo que permite aos membros das famílias e de pessoas de lugares diferentes se relacionarem socialmente, no processo de alojamento e prestação de serviços aos visitantes (ABREU, 2003). A definição de Camargo complementa a anterior “A hospitalidade é o ato humano, com base no contexto doméstico, público ou profissional, de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu local de origem” (CAMARGO, 2003, p.19).

Outro princípio, que norteia a questão da busca pela hospitalidade, conforme Grinover (2003, p.51), é ir além de “aspectos físicos do ambiente” (ar, água, ruído), “biológicos” (flora e fauna) e “estéticos” (paisagem, patrimônio cultural e arquitetura); deve-se também criar a hospitalidade com base numa infraestrutura necessária aos visitantes, incluindo aspectos como: conforto, qualidade de vida, acesso à saúde e lazer da própria comunidade anfitriã. Desta forma, a hospitalidade, por sua vez, reforça o atendimento às necessidades culturais,



que potencializarão a organização política, influenciará a economia na agregação por tecnologia, transporte, educação, informação, entre outros fatores.

A construção da hospitalidade se dá tanto no âmbito familiar (dentro de cada lote) como no coletivo (assentamento). Uma família sozinha não conseguiria se responsabilizar por toda a atividade turística, portanto deve-se ter uma articulação coletiva. A divisão de tarefas entre os assentados dar-se-ia de acordo com as habilidades individuais e as características de cada família. Cada família ou grupos de famílias assumiriam uma ou mais tarefas conforme suas habilidades e capacidades, por exemplo, nas tarefas necessárias à estruturação turística, tais como o preparo de refeições, a recepção dos grupos, comunicação e divulgação, guia, entre outras funções dentro do desenvolvimento turístico.

Ademais, a elaboração da atratividade local, ligado ao segmento de turismo no meio rural, deve estar em consonância com a preservação ambiental e a rusticidade local, mantendo-se elementos que identifiquem com a agricultura tradicional. A produção agrícola local (por exemplo, produção de café, vinhos ou laticínios) motivará a visitação, justamente, pela curiosidade que os visitantes têm em saber *in loco* como ocorrem tais processos produtivos e/ou artesanais (BENI, 2002; BRASIL, 2008). A identidade local, também se faz presente, pelo respeito aos aspectos históricos e culturais que fundamentam a organização social e a tradição familiar ligada à manutenção da agricultura familiar (BRASIL, 2008; BLANCO, 2009). O turismo rural ganha cada vez mais interesse por aqueles que buscam contato com a natureza, não só contemplarem uma bela paisagem, mas de vivenciarem uma espécie de “retorno” à tranquilidade da vida no campo e de suas particularidades, onde a família rural é o cerne de convivência e das trocas destas experiências (SCHNEIDER, 2003; PRAXEDES, 2004).

Neste sentido, como o foco do trabalho é analisar a preparação dos jovens, e de suas famílias para a estruturação turística nos Assentamentos Ipanema, se faz necessário entender a hospitalidade inserida no ambiente doméstico, como forma de ser aliado aos ideais de que estas famílias querem passar aos seus visitantes: desmistificar a imagem negativa que se tem dos assentados oriundos de movimentos sociais, como o MST. Insere-se também a necessidade de melhorar as condições das famílias no campo, tais como, a educação, a saúde e a distribuição de renda e, dessa maneira, convencer os filhos e netos a se fixar e investir no lote e no assentamento.

Diante disso, alguns jovens assentados de Ipanema frequentaram cursos de capacitação para o turismo rural e área afins (culinária e artesanato), em busca de aperfeiçoamento das habilidades exigidas para a atividade turística, e para a venda de produtos artesanais como forma de geração de renda complementar a agricultura. Entre as jovens mulheres, 16% delas fizeram o curso oferecido pelo SENAR e sindicato rural. Aquelas que não o fizeram, alegaram, entre outros motivos, sobreposição com o horário de trabalho ou com o período escolar, ou não apresentavam a idade mínima de 14 anos. Os cursos eram gratuitos, com foco profissionalizante para as populações rurais. Os cursos eram compostos por módulos e visavam impulsionar a prática do turismo como uma atividade não agrícola, mas que agregasse valor à propriedade rural.

No entanto, segundo os jovens, há uma grande dificuldade de se colocar na prática os conceitos aprendidos no curso. Em geral, os cursos oferecem atividades práticas, tais como passeios, propostas de abertura de restaurantes e venda de produtos artesanais. Mas, ao final do treinamento, os assentados reportavam a falta de continuidade de um acompanhamento por parte dos monitores do curso. E assim, sem saber como coordenar sozinhos os projetos-pilotos, estes acabavam não se concretizando como deveriam e o turismo no meio rural ficava mais no plano da idealização dos agricultores ao invés da prática real. Notou-se que a falta de protagonismo limitava a continuidade das ideias, ou seja, talvez esses cursos de aprendizagem rural, devessem agregar formas de incentivo ao empreendedorismo e estímulo à maior iniciativa, para que os assentados não ficassem somente dependentes de iniciativas externas, mas que buscassem conhecimentos e aprimorassem as suas próprias habilidades e estabelecessem articulações de parceria entre eles próprios, para que as ideias se concretizassem de fato.

Os resultados mostram uma diferença de gêneros entre os jovens. As mulheres preferiram, em sua maioria, pelos cursos de culinária. O setor gastronômico mostrou-se vinculado às “mãos femininas”, 42% das jovens (Tabela 2) responderam sentir-se mais à vontade com a preparação de itens alimentícios, tais como pães, queijos, compotas e doces. Isso é reforçado pelo antropólogo Roberto Da Matta (1987, p.22), ele argumenta que a identidade cultural do país, historicamente, está ligada à hospitalidade das donas de casa e, esta por sua vez está condicionada ao ato de receber e de oferecer alimentos, na composição de uma mesa farta. Um ambiente caseiro e familiar, e por mais simples que seja, haverá à disposição comidas

típicas como, por exemplo, o pão de queijo, a mortadela, o pãozinho, e o mais popular cafezinho servido às visitas. Segundo este autor, o ato de comer exerce um papel crucial na vida social do brasileiro. O “sentar-se à mesa” representa o ato de repartir o que tem, mesmo que seja pouco.

Outras atividades necessárias à visitação no meio rural, também foram apontadas pelas jovens. Praticamente um-terço das entrevistadas (21%) apontou uma predisposição em atuar como guias locais para mostrar aos visitantes as atividades agrícolas, a criação de animais (beneficiamento de leite; produção de queijos), a fabricação de doces e compotas e de artesanato (a partir de fibras de origem vegetal e/ou animal). Apenas 5%, declararam interesse em hospedar turistas em suas próprias casas.

Tabela 02 -.Atuação das jovens mulheres no turismo, Assentamentos Ipanema, Iperó – SP. (2009). (n=19)

Preferência feminina no turismo	Freq. Absoluta (nº de vezes citado)	Freq. Relativa (%)
Preparação de Alimentos (refeições)	8	42,1
Guia turístico	4	21,1
Estadia na residência	1	5,3
Ponto de venda de produtos	2	10,5
Preparação de Alimentos e Recepção	3	15,8
Totais	19	100

Fonte: Dados primários da pesquisa FAPESP-JP (Censo socioeconômico-Demográfico/2008)

Lunardi (2007) ressalta a participação feminina como sendo significativa nas atividades turísticas, e estas tidas como uma extensão das atividades domésticas, neste caso, os atos de receber (acolhimento), de preparar e de servir as refeições (gastronomia) são reforçados com os moldes caseiros. O turismo no meio rural passa a ser visto como uma nova opção de renda



para essas mulheres e ainda, o mais crucial para elas, é que essa atividade pode ser realizada sem ter que necessariamente sair de suas propriedades, ou seja, cria-se a possibilidade para as mulheres combinarem suas tarefas domésticas cotidianas em conjunto com a hospedagem local.

Já as preferências masculinas foram contrárias à perspectiva feminina. Nos cursos do SENAR ligados ao turismo, praticamente não houve participação dos rapazes. Este fato pode ser considerado uma grande lacuna para a efetivação do turismo no local. Eles davam preferência às atividades agrícolas, mas idealizavam para um plano futuro, a agregação da atividade turística. No entanto, poucos se mostraram interessados em investir na atividade turística. Provavelmente, esse comportamento justifica-se pelo sentimento de descrença entre esses jovens rapazes no que se refere à falta de continuidade dos projetos anteriormente implantados nos Assentamentos Ipanema.

Em geral, houve uma diferença de opinião e motivação entre os gêneros. Para as mulheres, a atividade turística foi vista como complementar e perfeitamente ajustada às suas rotinas diárias, estando mais interligadas à gestão do ambiente doméstico. Portanto, a hospitalidade na ótica feminina apresentou-se mais favorecida. Já com relação aos homens, a atividade não foi vista como agregadora de renda, eles deram preferência maior às atividades agrícolas. De modo geral, os cursos ofertados, segundo todos os jovens, deram apenas algumas noções básicas, se não superficiais. E buscar a qualidade e a adequação desses cursos representam desafios relevantes, pois a capacitação via treinamento é fundamental para fomentar o empreendedorismo.

Schroeder (2007) defende que o empreendedorismo jovem (*youth entrepreneurship*) é um elemento chave, justamente, por facilitar a permanência de jovens em suas comunidades, principalmente, em áreas rurais, já que estas sofrem constantes processos de êxodo juvenil. Além do que, o sucesso dos jovens que permanecerem poderá provocar o retorno de outros jovens às suas áreas de origem.

Este autor destaca que para isso acontecer, deve haver nas áreas rurais ações que criem o que ele chama de um Sistema Integrado de Engajamento Juvenil (*Integrated Youth Engagement System*) por uma coordenação de três verbos-ação: ENGAJAR (Envolvimento Juvenil e das Lideranças na Comunidade) - EQUIPAR (Educação ao Empreendedorismo e Desenvolvimento das Vocações) -

APOIAR (Comunidade dando Apoio aos Jovens em seus processos de inovação). A ênfase para essas ações (engajar, equipar e apoiar) visa propiciar uma estrutura colaborativa, através das quais os jovens possam exercer suas capacidades empreendedoras, com uma maior participação na comunidade local. E por meios educativos busca-se a efetivação de ideias a partir das bases entre teoria e prática, tudo isso, contando com o apoio das gerações mais velhas, no sentido de viabilizar as ações e decisões desses jovens. A educação possibilita desenvolver melhor as habilidades individuais, por exemplo, com a inserção de novas tecnologias e projetos, de modo a melhorar as condições de permanência dos jovens no meio rural e de maior integração deles com suas comunidades rurais.

Não basta somente, possuir um lote produtivo, comida saborosa, locais com mata preservada, rios, cachoeiras, lagoas entre outros atrativos. Os agricultores, que queiram implantar a atividade turística devem buscar, primeiramente, melhorias estruturais e de seus recursos humanos (investimento em aprendizagem e capacitações), pelas quais os permitirá passar do modo amador (com pouca renda proveniente do turismo, poucos itens de infraestrutura e visitação desarticulada) para um tipo de modo profissional - onde há planejamento das atividades, capacitação profissional (pelas vocações e habilidades de cada indivíduo), organizações de ações coletivas e individuais, passando assim, para resultados permanentes e não só imediatos da atividade turística (ZIMMERMANN, 2000; MORRISON, 2003; IBARGOYEN, 2010).

Com relação a este fato, Schroeder (2007) identifica que haveria em certas comunidades por ele estudadas, a pouca preparação de jovens para assumirem papéis de lideranças, esse autor salienta, que muitas vezes há conflitos geracionais por tais funções. Ele aponta a dificuldade apresentada pelos mais velhos, a qual ele chama de adultos mentores, em delegar atividades de responsabilidades locais, ou seja, funções e/ou cargos de liderança para os jovens. Há assim, uma concentração de múltiplas funções pelos mais velhos, e isso foi verificado também, durante essa pesquisa, nos Assentamentos Ipanema em Iperó (SP).

Durante os trabalhos de campo, alguns líderes (adultos e idosos) apontaram algumas melhorias para aumentar a atratividade local dos assentamentos. Dentre elas, destacou-se a construção de um alambique e de uma pousada. No entanto, falta ainda, nesse local, a articulação entre as gerações. O turismo ainda não se apresentava de forma organizada, mas amadora e com iniciativas tímidas, pois a localidade carecia de falta de ações, sobretudo, pelos projetos inacabados e pela falta de

iniciativas locais, os quais inviabilizavam o estabelecimento de roteiros permanentes de visitação ao local (MARTINS; FUTEMMA, 2010).

O Turismo, sendo uma atividade que exige articulação de habilidades e capacidades (individuais e coletivas e intergeracionais) na área de serviço, pode ser favorecido quando os jovens e suas famílias encararem o processo de implementação da atividade turística de forma empreendedora e articularem-se de forma organizada na construção da hospitalidade, considerando-se as peculiaridades socioculturais e naturais locais (ABRAMOVAY, 1998; 2001; WANDERLEY, 2004).

6. Considerações Finais

Levando-se em consideração o difícil momento dos jovens no processo de tomada de decisão entre ficar e sair do assentamento, discutiu-se se o turismo e suas atividades relacionadas (p.ex., preparação de alimentos, guias e hospedagem) e como criariam uma oportunidade profissional e de geração de renda aos jovens e, portanto estimulariam a permanência deles nos lotes de suas respectivas famílias.

A proposta de turismo rural em assentamentos rurais é vista como uma alternativa de esperança, principalmente, pelas lideranças locais no intuito de diminuir a evasão dos jovens do local. No longo prazo, o êxodo juvenil, poderia comprometer a continuidade de existência do próprio local, já que a falta dos filhos e netos nas unidades familiares acarretaria problemas na sucessão familiar, que por sua vez, pode levar à venda ilegal dos lotes, justamente pela perda da motivação em continuar a investir na propriedade rural, ou na terra, a qual tão arduamente foi conquistada.

Os jovens dos Assentamentos Ipanema, não apresentaram uma participação efetiva nos processos de estruturação do turismo rural no local. De fato, isso é potencializado porque a atividade de visitação turística era feita de modo amador e as principais decisões e os agendamentos das visitas eram realizados pelos adultos, estes já envolvidos nos processos de liderança local. Outro fator, que também reforça essa falta de envolvimento juvenil com a atividade turística seria a pouca oferta de cursos de capacitações e fomento à autonomia que efetivamente agreguem um caráter mais empreendedor destes jovens. A falta de incentivos ao empreendedorismo e a

dependência dos locais aos agentes externos (técnicos, entidades e universidades) faz com as ideias (as inovações) destes jovens com relação ao turismo não se efetivem.

A falta de articulação e de informação entre os atores sociais (jovens, famílias, lideranças e poder público) tem freado a implantação da atividade turística nos Assentamentos Ipanema. O sentimento de “descrença” foi evidenciado por alguns jovens e muitas famílias que ainda desconheciam, por exemplo, a ocorrência de visitas do tipo *Day Use*, já em andamento nos assentamentos. O envolvimento de apenas um ou dois membros de cada família e de poucas famílias ou a escolha de uma ou outra propriedade rural como “*showroom*” não faz do local um ambiente que, de fato, seja considerado turístico, sendo que para sê-lo, deve-se levar em consideração a vontade de todos que queiram participar, com aprimoramento do fazer turístico. E poderiam distribuir as atividades de acordo com as habilidades e as especialidades de cada pessoa ou grupo de pessoas: recepção, alimentação, hospedagem, guias de visitação, venda de produtos locais, entre outras funções. Ou seja, criando-se estruturas para a constru o de uma hospitalidade com base na localidade.

Todavia, há possibilidades do desenvolvimento do turismo, no contexto desses assentamentos do município de Iperó, por se tratar de um meio rural, onde estão presentes as práticas da agricultura familiar, o histórico da conquista da terra através do movimento social, e por fim, a presença da paisagem natural dada   proximidade com uma Unidade de Conserva o, a Floresta Nacional de Ipanema.

Para concluir,   necessário que a gestão do turismo rural envolva as famílias e, principalmente os seus respectivos jovens. Desta forma, fortalecendo a atividade de base familiar, favorável às condi oes de hospitalidade ofertadas pelo ambiente e ao mesmo tempo ligando as práticas e atua oes conjuntas entre várias unidades familiares dos assentamentos. Desse modo, satisfazer as demandas dentro do “pacote turístico rural” que   composto por várias atividades e habilidades diferentes da produ o tradicional agropecuária. E por causa deste diferencial, a atividade turística apresenta potencial de atrair o jovem rural, por sua capacidade de inova o e pela possibilidade de conexão entre o mundo rural e o urbano (dos visitantes), reduzindo-se o isolamento geográfico e social e facilitando a acessibilidade entre esses dois mundos, tão importantes para um mundo atualmente globalizado e dentro do qual se insere a juventude rural.

Agradecimentos

Agradecemos pelo apoio logístico da UFSCar, campus de Sorocaba e da UNICAMP/NEPAM. Somos gratas também pela assistência de campo de Rosângela Calado da Costa, José Eduardo Viglio, Viviane Mendonça, Paloma Regina Chagas Pinto e Marisa Carolina Venturino. E expressamos enorme gratidão a todas as famílias e os jovens dos dois assentamentos rurais, Ipanema 1 e 2, que nos receberam com hospitalidade e contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse. As autoras assumem total responsabilidade pelo conteúdo apresentado neste trabalho.

Referências

- ABRAMOVAY, R *et al.* *Juventude e agricultura familiar, desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.
- ABREU, V. A. A Máquina da Hospitalidade. In: DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- ANSARAH, M. G. R. Turismo e segmentação de mercado: novos mercados. In: TRIGO, L. G. G. *Análises regionais e globais do turismo brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.
- BAQUERO, R.; HAMMES, L. J. Juventude, grupos e participação social. In: *Ciências sociais em perspectiva*, Cascavel, v.5, n. 8, p. 25-37, 2006.
- BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In: BARRETTO, Margarita; TAMANINI, E. *Redescobrimo a ecologia do turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- BLANCO, E. S. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZITYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.348-355.
- BRASIL. [MDA] Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Manual do plano safra da agricultura familiar 2003/2004*. 2003.
- BRASIL. [MTur] Ministério do Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. Brasília, 2004. 43 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 de março de 2010.
- BRASIL. [MTur] Ministério do Turismo. *Turismo rural: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- CAMARGO, L. O. L. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, A. de F. M.; BUENO, M. S. (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 61-71.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Herança: dimensões do código consuetudinário de camponeses teuto-brasileiros. *Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*, Vitória, v.1, n. 21, 1998.



CASTRO, E. G. O Paradoxo “Ficar” e “Sair”: Caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE; A. J. (Orgs.). *Assentamentos rurais: Impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Superintendência Regional de São Paulo), 2005, p.321-372.

CASTRO, E. *O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema, Iperó, SP*. São Paulo, 2007.151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

CAZELLA, A. A. Multifuncionalidade agrícola: retórica ou triunfo para o desenvolvimento rural? In: CASTILHO, M.L. RAMOS, J.M.(Orgs.). *Agronegócio e desenvolvimento sustentável*. Francisco Beltrão, p.81-104, 2003.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DA MATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. *O Correio da Unesco*. Rio de Janeiro, v.15, n.7, p. 22-23, 1987.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. de S (Org.). *Pesquisa social*. 17 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.67-80.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2ª ed.Campinas: UNICAMP, IE, 1999.

GRINOVER. L. Hospitalidade e qualidade de vida: Instrumentos para a ação. In: DENCKER, A.F; BUENO, M.B (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IBARGOYEN, A. D. Empreendedorismo e turismo rural: A experiência na Fazenda Palomas (RS). In: SANTOS, E.O.S.; SOUZA, M. (Orgs.). *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri, SP: Manole, 2010, p.195-208.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: Conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2008.

LUNARDI, R. *Turismo rural: a contribuição da mulher*. Santa Maria: FACOS (Série Dissertações em Turismo Rural), nº 13, 2007.

LYNCH, P. MACWHANNELL, D. Hospitalidade doméstica e comercial. In: LASHLEY, C MORRISON, A (Orgs.). *Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado*. Barueri: Manole, 2004, p.145-198.

MARTINS, M.R. *Turismo e juventude em assentamentos rurais no estado de São Paulo*. Sorocaba, 2009. 124f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal de São Carlos, 2009.

MARTINS, M. R. ; FUTEMMA, C. O Jovem e sua inserção no turismo rural numa perspectiva familiar. O caso do assentamento Ipanema (Iperó-SP). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS (CERU/NAP/FFLCH), 37, 2010. *Anais...* São Paulo: Humanitas/USP, 2010.

MENDONÇA, R. ; NEIMAN, Z. *À sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse*. São Paulo: Chronos, 2003 (Coleção Tempo de Aprender).

MERIGUE, G. L. *A gestão do turismo para o desenvolvimento local*. 2003. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=1508>> Acesso em: 20 mar 2011.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. 7. e.d. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 000.



- MORRISON, A. *Entrepreneurship and family business*. In: GETZ, D; CARLSEN, J; MORRISON, A. Family business in the hospitality and tourism industry. CAB Publishing, England, 2003.
- OCDE. *Fostering entrepreneurship*. The OECD job strategy. Paris: OCDE, 1998.
- PRAXEDES, W. Reflexões sociológicas sobre a hospitalidade. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 37, jun. 2004.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2003.
- _____. (Org). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2006.
- SCHROEDER, C. The difference makers: Entrepreneurial young people. In: WALZER, N. *Entrepreneurship as a local development strategy*. Lanham MD: Lexington Books, 2007, p.145-163.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.
- SENNETT, R. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC*, Tese (Doutorado). 2002. 277 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- RODRIGUES, A.B. Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. In: CALVENTE, M. Del C M. H. *Turismo rural e modernização: sua forma e função*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2000.
- TEIXEIRA, A.R; WANDSSCHEER, E. A. R; SOUZA, M. A Multifuncionalidade da Agricultura e a Contribuição do Turismo Rural Pedagógico. In: *Extensão Rural: DEAER/CPGExR-CCR-UFSM*, n.7, 2005.
- TULIK, O. *Turismo Rural*. São Paulo: Aleph, 2003.
- VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 43, dec, p.101-119, 2001.
- VELASQUEZ, C. S. C. *Da formação de grupos à ação coletiva: Uma Análise com Grupos de Jovens do Assentamento Rural da Fazenda Ipanema – Iperó-SP*. Piracicaba, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área de Concentração: Ciências Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. USP, 2002.
- ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural. In: ALMEIDA, J.A; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Papirus, 2000.
- WANDERLEY, M. N.B. A valorização da agricultura familiar e a reinvidicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Niterói, v.2, n.2, p.29-37, jul-dez, 2000.
- _____. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. (UFRJ), Rio de Janeiro, v.21, p.42-61, 2004.
- WEISHEIMER, N. *Estudos sobre os jovens rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Brasília: Nead/MDA, 2004.

Recebido em: 26/03/2012 (1ª versão) 17/05/2013 (2ª versão)

Aprovado em: 20/08/2013